

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ANTROPOLOGIA E FEMINISMO: CONSTRUINDO
UM DIÁLOGO COM PESCADORAS E CAMPEIRAS DO PAMPA LITORÂNEO
NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Environmental education, anthropology and feminism: building a dialogue with fisherwomen and “campeiras” women of the coastal pampa in southern Rio Grande do Sul

Educación ambiental, antropología y feminismo: construyendo un diálogo con mujeres pescadoras y camperas de la pampa costera del sur de Rio Grande do Sul

Marta Bonow Rodrigues

Doutora em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande - FURG

E-mail: martabonow@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3980-9988>

Liza Bilhalva Martins

Doutora em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande - FURG

E-mail: lizabms@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4548-2758>

Gianpaolo Knoller Adomilli

Docente do Bacharelado em Arqueologia, Universidade Federal do Rio Grande - FURG

E-mail: giansatolep@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8370-2267>

Áltera, João Pessoa, Número 21, 2026, e02111, p. 1-25

ISSN 2447- 9837



Resumo:

Este artigo articula Educação Ambiental, antropologia e discussões feministas para apresentar uma abordagem de pesquisa inovadora, fundamentada em uma epistemologia interdisciplinar, feminista, decolonial, interseccional e ecológica. Baseando-se em duas pesquisas acadêmicas com mulheres de comunidades pesqueiras e rurais no Pampa litorâneo meridional do Rio Grande do Sul, a metodologia das pesquisas prioriza o compromisso ontológico de pesquisar “com” as interlocutoras. Guiadas por epistemologias feministas decoloniais, interseccionais e ecológicas, as pesquisas buscam valorizar a dimensão multissensorial e multiespécie da experiência, superando a compartimentalização do conhecimento acadêmico para possibilitar a construção conjunta de saberes com as comunidades envolvidas.

Palavras-chave:

Mulheres pescadoras. Mulheres campeiras. Educação Ambiental. Epistemologias ecológicas.

Abstract:

This article articulates Environmental Education, anthropology, and feminist discussions to present an innovative research approach, grounded in an interdisciplinary, feminist, decolonial, intersectional, and ecological epistemology. Based on two academic studies with women from fishing and rural communities in the southern coastal Pampa of Rio Grande do Sul, the research methodology prioritizes the ontological commitment to research “with” the interlocutors. Guided by decolonial, intersectional, and ecological feminist epistemologies, the studies seek to value the multisensory and multi-species dimension of experience, overcoming the compartmentalization of academic knowledge to enable the co-construction of knowledge with the involved communities.

Keywords:

Fishing women. Campeira women¹. Environmental Education. Ecological epistemologies.

¹ Campeiro (man) or campeira (woman) – the man or woman who works with cattle farms. We don't translate this keyword, although we could translate “mulheres campeiras” as peasant women, but campeira's life goes beyond the peasantry and rural life. It's a way of life proper to the Brazilian, Argentine and Uruguayan Pampa region.

Resumen:

Este artículo articula Educación Ambiental, antropología y discusiones feministas para presentar un enfoque de investigación innovador, fundamentado en una epistemología interdisciplinaria, feminista, decolonial, interseccional y ecológica. Basándose en dos investigaciones académicas con mujeres de comunidades pesqueras y rurales en el Pampa litoral meridional de Rio Grande do Sul, la metodología de las investigaciones prioriza el compromiso ontológico de investigar “con” las interlocutoras. Guiadas por epistemologías feministas decoloniales, interseccionales y ecológicas, las investigaciones buscan valorar la dimensión multisensorial y multiespecie de la experiencia, superando la compartimentación del conocimiento académico para posibilitar la construcción conjunta de saberes con las comunidades involucradas.

Palabras clave:

Mujeres pesqueiras. Mujeres camperas. Educación Ambiental. Epistemologías ecológicas.

Introdução

Este artigo apresenta experiências de construção de conhecimento desenvolvidas junto a mulheres pescadoras e campeiras de comunidades litorâneas do sul do Rio Grande do Sul, abrangendo os municípios de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar. A conexão entre as pesquisas estabelece-se pela abordagem interdisciplinar adotada em ambas e pela perspectiva teórico-metodológica que priorizou um compromisso ontológico de pesquisar “com” as interlocutoras, não “sobre” elas, e guiada por epistemologias feministas decoloniais, interseccionais e ecológicas, valorizando a dimensão multissensorial e multiespécie da experiência. Essa relação é particularmente significativa por tratar de mulheres que, embora com vivências diárias distintas, compartilham trajetórias semelhantes em sua inserção no ambiente pampeano litorâneo.

Para aprofundar tal abordagem, é fundamental observar que as mulheres das comunidades investigadas provêm de dois contextos principais: o da pesca – envolvendo pescadoras embarcadas e trabalhadoras na pesca artesanal lagunar², que atuam em um sistema familiar de captura de pescado nas Lagoas Mirim e dos Patos – e o dos campos, onde mulheres do meio rural se dedicam à pecuária extensiva³. É importante notar que essas mulheres se dedicam exclusivamente à pesca ou ao campo, não a ambos concomitantemente. No entanto, apesar das diferenças, existem aspectos comuns a esses dois grupos. Para construir reflexões “com” essas mulheres, buscamos uma perspectiva desenvolvida por meio da interdisciplinaridade, promovendo uma interlocução primordialmente entre as áreas da Educação Ambiental e da Antropologia.

O presente trabalho parte das experiências das duas primeiras autoras, pesquisadoras feministas, envolvidas profissionalmente na atuação com comunidades comumente invisibilizadas, especialmente com grupos de mulheres do Pampa sul-riograndense. A aproximação com mulheres na pesca ocorreu desde uma visita à localidade da Ilha dos Marinheiros, no município de Rio Grande/RS onde foi constatada a narrativa unânime de que não havia mulheres na pesca embarcada, ou seja, as mulheres permaneciam em terra auxiliando no processo de beneficiamento do pescado.

2 Pesquisa de doutorado da primeira autora, intitulada “Pescadoras artesanais embarcadas da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos: educação, práticas e interligação dos espaços ambientais a partir de uma perspectiva comparada”, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande/FURG - Agência Financiadora CAPES (Silva, 2022).

3 Pesquisa de doutorado da segunda autora, intitulado “Mulheres na lida campeira: um estudo em Educação Ambiental no litoral do extremo sul do Rio Grande do Sul”, realizada junto ao PPGEA – FURG - Agência Financiadora CAPES.



Observando a quantidade de mulheres envolvidas na pesca no local, a pesquisadora (2ª autora) passou a se perguntar se essas narrativas condiziam com a realidade, ou eram reflexo direto do sistema patriarcal. Apesar de nunca ter se envolvido com a temática, rapidamente a autora se aproximou de pesquisas que versassem sobre pescadoras embarcadas e delimitou, em conjunto com pescadoras, uma área de estudos que pudessem auxiliar na visibilização desse grupo⁴.

A primeira autora deste trabalho tem suas origens no campo, e as pesquisas com mulheres campeiras brotam de uma imersão no Pampa e sua lida campeira, e foram impulsionadas pela constatação da invisibilidade feminina no trabalho rural. As vivências da autora demonstram a participação ativa das mulheres no trabalho com a pecuária; no entanto, a essas mulheres é, comumente, é atribuída a participação como ajuda e elas não são vistas como protagonistas de seus próprios modos de vida.

As pescadoras implicadas no trabalho são mulheres que lutam pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos de saberes e sujeitos de direitos e procuram se organizar coletivamente, ainda que a maioria não esteja nesse lugar de organização; por outro lado, as campeiras com quem se busca o diálogo, são mulheres do meio rural que trabalham independentes de homens, vivem o campo, o modo de vida campeiro, porém, não se organizam coletivamente.

Em suas vivências diárias, essas mulheres desenvolvem uma relação íntima e profunda com o Bioma Pampa, um ecossistema de alta biodiversidade e singularidade. Suas práticas de pesca artesanal nas lagoas e suas lidas campeiras, transmitidas por gerações, representam formas de manejo e interação com o ambiente que, embora muitas vezes invisibilizadas ou subvalorizadas, contêm saberes ecológicos fundamentais para a manutenção da saúde e do equilíbrio do bioma. Ao valorizar o conhecimento dessas comunidades, as pesquisas contribuem para a visibilidade de modelos de uso e conservação da natureza que se opõem à lógica extrativista e predatória, fortalecendo a resiliência do Pampa e a promoção de uma coexistência mais sustentável.

A Educação Ambiental (EA) defendida nas pesquisas adota uma perspectiva pós-crítica, que prioriza o engajamento sensível, a afetividade e a experiência estética, articulada com epistemologias feministas decoloniais e interseccionais (Iared *et al.*, 2021). e se distancia dos modelos tradicionais baseados na mera transmissão de conhecimento ou na conscientização vertical. Ela questiona ativamente o antropocentrismo, o patriarcado e a lógica capitalista que historicamente invisibilizaram e

4 As duas primeiras autoras deste artigo são oriundas do meio acadêmico em que se concentraram nas temáticas feministas e estão imersas nos trabalhos com coletivos de mulheres e coletivos feministas acadêmicos e não-acadêmicos, em Pelotas e Rio Grande/RS.

exploraram tanto a natureza quanto as mulheres. Fundamentadas em epistemologias feministas decoloniais e ecológicas, as pesquisas propõem uma EA “fora da caixa”, que promove a interlocução entre diferentes saberes e áreas do conhecimento, como a Antropologia, valorizando a corresponsividade e a fluidez das relações.

Essa abordagem se concretiza em uma EA que prioriza a aprendizagem experiencial e engajada, a “educação da atenção” (Ingold, 2020), e a compreensão multisensorial e multiespécie do mundo. Com o objetivo de visibilizar os conhecimentos das mulheres pescadoras e das mulheres campeiras, promovendo a justiça ambiental e a equidade de gênero, as pesquisas se apresentam como processos político-pedagógicos transformadores. Elas são capazes de empoderar as comunidades e fomentar a resistência coletiva contra as estruturas hegemônicas de poder, buscando uma sociedade mais justa e sustentável através da valorização das diversas formas de existir e se relacionar com o ambiente.

Ressaltamos que nossa ideia se fundamenta na premissa de que o aprendizado deriva dos saberes, que são, por sua vez, resultados do todo que constitui a vida social e cultural das pessoas e coletivos, e que, em um ciclo contínuo, também gera aprendizado. Assim, ao refletir sobre essas comunidades e essas mulheres, com todas as suas peculiaridades, estamos, de fato, pensando em educação e cultura. Como aponta Lave (2015), cultura e aprendizagem são sempre ambas as coisas: “as coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural” (Lave, 2015, p. 40).

Portanto, para uma Educação Ambiental verdadeiramente transformadora, que transcenda os limites entre disciplinas, áreas e formas de conhecimento, entende-se que uma pesquisa acadêmica deve estar profundamente atenta às problemáticas das produções de conhecimento. Para atingir esse objetivo, torna-se imperativa a formação de profissionais preocupados e atentos à diversidade existente entre as diversas regiões (Leff, 2001), às variadas formas de pensar e aos anseios das comunidades, respeitando as diferentes configurações e construções de processos educacionais. Para que nós, profissionais, pesquisadoras/es, docentes, discentes, e outros/as atuantes na área da educação, possamos, de fato, operar em um cenário que busca a horizontalização dos conhecimentos e epistemologias, devemos estar vigilantes aos conceitos de interdisciplinaridade que se revelam quando exploramos uma compreensão mais ampliada do processo educativo.

Segundo Fazenda (2013, p. 18), é fundamental questionar como a interdisciplinaridade se define na formação de profissionais da educação, especialmente professores/as. Nosso questionamento converge com o dessa autora, uma vez que nossa preocupação está diretamente ligada às nossas formações acadêmicas e atuações

na área educacional junto a comunidades, perpassando as questões de gênero e implicando no próprio processo de pesquisa. Ser interdisciplinar é parte intrínseca do pensar e do agir, pois, como aponta Fazenda (2015), antes de conhecer e compreender conceitos e métodos, é necessário ser interdisciplinar; caso contrário, o esforço reflexivo se resume ao mero cumprimento de uma tarefa (acadêmica, neste caso), e não a um comprometimento genuíno com os grupos envolvidos.

Dessa forma, para ampliar nosso campo reflexivo na área da Educação Ambiental durante as pesquisas com mulheres campeiras e pescadoras, sentimos a necessidade de incorporar uma perspectiva interdisciplinar, abraçando uma abordagem ecológica e sistêmica, com o intuito de ecoar novos horizontes de pensamento e ação.

A corrente etnográfica da educação ambiental como suporte para pensar as mulheres dos campos e das águas

Para justificar nossas escolhas teórico-metodológicas, salientamos que os três autores são oriundos da Antropologia e se dedicam a pesquisas que articulam a área com a Educação Ambiental. As duas primeiras autoras são Antropólogas e doutoras em Educação Ambiental; o terceiro autor, é Antropólogo e Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande-FURG e as suas pesquisas são, em sua grande maioria, desenvolvidas no Pampa litorâneo riograndense com comunidades tradicionais como grupos da pesca e grupos do meio rural (pecuária).

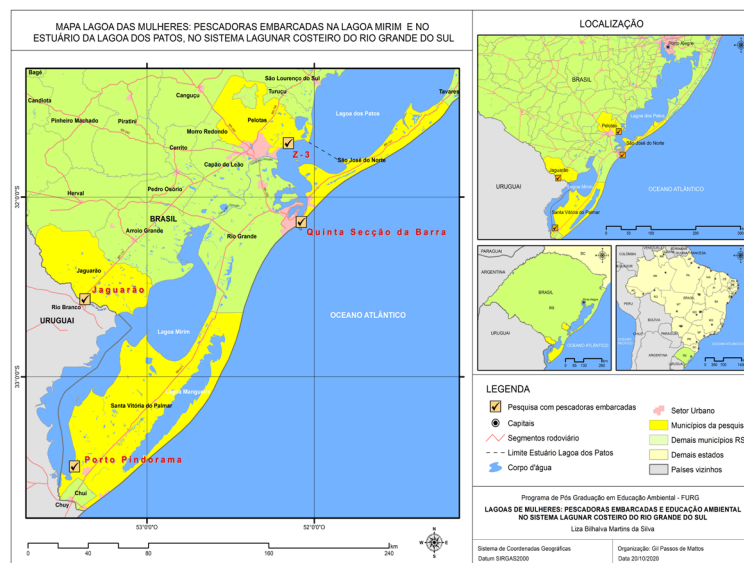
Este Pampa litorâneo é um bioma extenso que abrange Brasil, Uruguai e Argentina. Mais que um espaço geográfico, o Pampa é um território de vivências e saberes multifacetados (Schlee, 2019; Stumpf, 2009). Historicamente, porém, a narrativa hegemônica tem relegado a figura feminina a um plano secundário, invisibilizando suas cruciais contribuições para a cultura, a lida e a própria formação desse ambiente. Ao privilegiar a figura masculina do gaúcho e do pescador, ignora-se o papel ativo das mulheres, o que demanda uma reavaliação de suas presenças e legados.

Figura 1. O Bioma Pampa: Brasil, Uruguai e Argentina



Fonte: Suertegaray; Silva, 2009.

Figura 2. Mapa com a delimitação das áreas das pesquisas



Fonte: Martins, 2022.

Levando em consideração essa busca pela construção de conhecimento situado com as pescadoras e as campeiras, perguntamo-nos: como fazer isso? Como adentrar o mundo do outro ou da outra sem pretender ser o outro ou a outra? Quais as implicações da metodologia estabelecida nas pesquisas de perspectiva feminista e ecológica? Para iniciarmos uma reflexão buscando a aplicação dessas novas episte-

mologias, é fundamental que pensemos em como desenvolvemos as nossas pesquisas com as mulheres das águas e dos campos: pensando por meio da etnografia.

A etnografia faz parte, por excelência, de qualquer pesquisa na área da Antropologia; não se faz nenhuma pesquisa antropológica sem a etnografia. Nossos trabalhos, conforme já temos trazido, originam-se na Educação Ambiental e na Antropologia. Assim, o método etnográfico é o eleito para o desenvolvimento de nossas pesquisas que acabam por se filiarem à corrente etnográfica da Educação Ambiental a qual prioriza, ou evidencia o caráter cultural da relação dos grupos humanos com o meio ambiente, contribuindo para uma educação ambiental que não determina uma visão de mundo, pelo contrário, que considera toda a referência cultural das populações ou das comunidades envolvidas nos processos educacionais (Sauvé, 2005), e aqui especificamente, a cultura das mulheres na pesca e no campo.

O método etnográfico pressupõe a elaboração de uma Etnografia, que se apoia no intenso e sistemático trabalho de campo junto às comunidades com as quais se está pesquisando na busca por acessar os universos simbólicos e materiais que permeiam a vida social dessas comunidades através das habilidades cognitivas e interpretativas do olhar, do ouvir e do escrever do/a pesquisador/a (Cardoso de Oliveira, 2006). Esses atos cognitivos assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, já que com tais atos alcançamos a construção de nosso saber por meio de um conjunto de procedimentos que incluem, acima de tudo, a observação participante e a utilização de diário de campo (Malinowski, 1984; Wagner, 2010)⁵.

Com base nas técnicas do processo etnográfico, todas as pessoas envolvidas nas nossas pesquisas, pesquisadoras e interlocutoras, permanecem implicadas ao longo do transcurso: o movimento é dialético, disposto em um vai e vem de experiências colocadas no curso das pesquisas, nas quais o ato de construir um entendimento da realidade da “outra” (pesquisadora – interlocutora) acaba por construir um novo entendimento da nossa própria realidade. Como pesquisadoras/res construímos aquilo que se configura como um “trabalho humano” e não como um simples exercício acadêmico científico, e nos tornamos um elo entre culturas, por força da vivência em ambas (Wagner, 2010).

O andar e ver, que abrangem o situar-se, o observar e o descrever (fases da etnografia), fazem com que as pesquisadoras se encontrem em ação, por conseguinte, os trabalhos não são contemplativos, são interacionais, estão situados e em deslocamento (Silva, 2009). Através da observação participante, essa ação é possibilitada, já

5 Atentamos para o uso de referências bibliográficas clássicas como base para a construção do conhecimento, o que não significa que não estamos atualizando o processo metodológico desses autores aqui referenciados. Pensamos em observação participante em sua ideia geral, no sentido de acompanhar o dia-a-dia dos grupos com quem iremos trabalhar, e não como um processo tal qual utilizado na Antropologia Clássica, distanciando o/a pesquisador/a dos grupos (exóticos) pesquisados.

que de outra maneira, esse mergulho na cultura estudada não seria intenso e profundo. Ou seja, é através da experiência e da relação (Wagner, 2010) com as mulheres dos campos e das águas que conseguimos compreendê-las e compreender-nos nesse processo de pesquisa e do estar no mundo.

Segundo Adomilli, Tempass e Lopes (2017), a etnografia, na qualidade de método vinculado ao pensamento antropológico, possibilita contribuir analiticamente para a pesquisa em Educação Ambiental (EA) e, em especial, para os estudos sobre conflitos socioambientais, na medida em que favorece ultrapassar a proposição da EA enquanto via de conscientização, a qual, muitas vezes ainda entende os sujeitos como mero receptores de conhecimentos técnicos por meio dos quais chegariam a ser capazes de transformação social e ambiental. Essa presunção da EA concretiza uma relação de aprendizado verticalizada acomodada em relações de poder, chocando-se, portanto, com a perspectiva antropológica e freiriana de construção dialógica do conhecimento, assumida em nossas pesquisas.

Propomos, então, a observação experienciando a relação do ser e estar no mundo para as pescadoras e campeiras, considerando os preceitos da Educação Ambiental latino-americana, a qual tem se configurado em um campo teórico e em um espaço público privilegiado para a propagação de noções de natureza não dogmáticas, nem totalitárias, em estreitas relações com a diversidade cultural e social (Reigota, 2010).

Para essa tarefa, ouvir e olhar, andar e ver não podem ser tornados como faculdades totalmente independentes no exercício da pesquisa, pois se complementam e, segundo Cardoso de Oliveira (2006, p. 21), “servem para o pesquisador como duas muletas que lhe permitem caminhar, ainda que tropegamente, na estrada do conhecimento”. O autor traz essa analogia com as muletas pois é preciso entender que o caminho da pesquisa é sempre árduo, sujeito a muitas quedas, portanto, saber olhar e ouvir com todos os nossos sentidos nos prepara para eliminar os ruídos que nos pareçam insignificantes, isto é, que não sejam significativos no corpus teórico dentro do qual a/o pesquisadora/o está operando e por meio do qual foi treinado/a para adentrar o mundo da ciência.

Com nossas muletas e experiências, pensamos nossas pesquisas, somos sombra, alma, carne e vísceras. Sombra, pois em todas as ações das mulheres das comunidades, onde quer que elas estejam, ali estariam as pesquisadoras como uma espécie de “duplo” delas, pois se somos sombra, o propósito é de que elas sejam a luz. Também somos carne, alma, e vísceras, pois nas inter-relações os fluxos e influxos nos afetam, atravessam nossos corpos femininos – seguindo a perspectiva de Ingold (2012), é preciso pensar com o corpo alinhavado ao mundo com as linhas conectadas

sempre em movimento. Dessa maneira, fazer antropologia com um corpo amplia os sentidos da etnógrafa para além do domínio do olhar e permite se afetar pelas vozes, falas, gritos, rangidos, gestos, silêncios e mobilidades. Todos os sentidos, todo o corpo material e imaterial (pensando, aqui, em corpo físico e mente) está envolvido no processo etnográfico.

Desse modo, para compreender e descrever estas linhas de vida por meio da perspectiva etnográfica feminista e ecológica, as pesquisadoras com seus corpos físicos assumidamente de mulheres, anunciam, segundo Silvana Nascimento (2019, p. 478) seu lugar na fronteira entre-mundos, seguindo os caminhos da pesquisa nas relações de alteridade que permitem “encontros e desencontros que animam o pensamento, reavivam os sentidos, descolonizam a visão”.

Ainda em relação a ser sombra, alma, carne e vísceras, isso só é possível diante da posição assumida nas pesquisas de que as pescadoras e campeiras são interlocutoras. Cardoso de Oliveira (2006) nos diz que transformando as informantes em “interlocutora”, uma nova modalidade de relacionamento surge, – a relação dialógica – cujas consequências epistemológicas guardam pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista. Os horizontes semânticos em confronto – de pesquisadoras e interlocutoras –, abrem-se um ao outro, de maneira a transformar o confronto ou choque cultural em um verdadeiro “encontro etnográfico”. Porém, Cardoso de Oliveira (2006) reforça que isso acontecerá desde que a pesquisadora tenha a habilidade de ouvir a nativa e por ela ser igualmente ouvida, encetando formalmente um diálogo entre iguais.

Nesse sentido, a experiência de campo depende, entre outras coisas, “da biografia da pesquisadora, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisadora e pesquisadas” (Peirano, 1995, p. 22). O motivo do porquê de algumas predefinições metodológicas não caberem quando se pratica o método etnográfico está posta nesta fala de Mariza Peirano.

As pesquisas são concebidas, portanto como um compromisso ontológico que busca a corresponsividade e o aprendizado experiencial com as interlocutoras. A imersão no campo, em ambos os trabalhos, teve como proposta pesquisar “com” as mulheres e não “sobre” elas. Guiadas pelas epistemologias feministas decoloniais e interseccionais e pelas epistemologias ecológicas, buscamos valorizar, então, a dimensão multissensorial e multiespécie da experiência.

Mulheres das águas e mulheres dos campos: duas experiências no sul do brasil



Primeiramente, salientamos que nas duas pesquisas, as mulheres exercem atividades social, cultural, política e historicamente atribuídas aos homens (pesca de captura na forma embarcada e lidas campeiras – trabalhos rurais com animais de forma extensiva⁶). Conforme evidenciam pesquisadoras que abordam a temática da pesca e do campesinato, a vinculação de certos afazeres ao universo masculino ocorre em razão de uma suposta divisão sexual do trabalho nas comunidades (Alencar, 1993; Beck, 1991; Rieth; Rodrigues; Silva, 2015; Silva, 2014; Silva; Rodrigues, 2027; Woortmann, 1992), que resulta da atribuição de grande importância à separação das atividades e dos espaços conforme os gêneros. Consequentemente, as tarefas mais significativas para a economia do grupo, as mais valorizadas, e aquelas que exigem força, destreza e coragem – podendo, inclusive, ser consideradas como “lidas brabíssimas”, ou seja, desafios que uma pessoa em sã consciência deveria evitar, mas que um homem “de verdade” deve enfrentar – , são naturalizadas como inerentes aos homens (Alencar, 1993; Beck, 1991; Rieth; Rodrigues; Silva, 2015; Woortmann, 1992).

Posto isto, a participação das mulheres e seu trabalho na cadeia produtiva são, na maioria das vezes, relegados à esfera de *ajuda* pelas comunidades em que estão inseridas, bem como pela sociedade em geral, além de o próprio poder público ter esse mesmo entendimento e, em determinadas situações, elas mesmas encontrarem dificuldades em se autorreconhecerem como sujeitos que *ponteiam*⁷ os saberes. Inclui-se, aqui, o universo acadêmico, pois ainda se dispensa pouca atenção a pesquisas que versem sobre mulheres, gênero e pesca e/ou campesinato⁸ no sul do Rio Grande do Sul, o que possibilita afirmarmos que a invisibilização e a falta de reconhecimento dessas mulheres é uma questão por vezes ainda entremeada no pensamento hegemônico de pesquisadores e pesquisadoras.

Cabe ressaltar que esse entendimento do trabalho da mulher como ajuda, como não reconhecido, como vindo, até mesmo, de um sujeito identificado pela sociedade como de segunda classe, é fruto do pensamento histórico de um patriarcado milenar que se fortaleceu com a implantação do capitalismo (Federici, 2017; Lerner, 2019). Trazemos, aqui, esta questão porque nossa intenção é justamente ultrapassar, nas pesquisas, essas margens que sustentam os limites das epistemologias academicistas.

6 A lida, no sul do Brasil, é o equivalente ao trabalho diário, às tarefas e práticas laborais, especialmente as manuais. A “lida campeira” é o trabalho rural, o trabalho com animais de produção no campo, no ambiente rural (Silva; Rodrigues, 2017, p. 115). No INRC – Lidas Campeiras da Região de Bagé/RS (Rieth et. al., 2013), foram indicadas 7 lidas que compõem a grande lida campeira: esquila, doma, tropeirismo, lida caseira, feitura de aramados, ofício do guasqueiro e pastoreio.

7 Pontear uma embarcação é estar na proa, guiando. Quem faz isso é o/a ponteiro/a. Da mesma forma, quem ponteia uma tropa de gado é quem está na frente dos animais, a pé ou a cavalo, cuidando para que a tropa (ou algum animal isolado) não se desloque muito rápido ou por caminhos errados.

8 Especialmente em se tratando desse campesinato associado à pecuária extensiva.



Para reforçar a ideia de que a invisibilização dessas mulheres de comunidades rurais e litorâneas – assim como ocorre com tantas outras – como produtoras, aprendizes e mantenedoras de cultura/educação, é originário de um sistema violento que busca diminuir ou subalternizar sua presença colocando-as em segundo plano no seu meio cultural e social, buscamos suporte em Federici (2017; 2019), uma das autoras contemporâneas que disserta sobre a história do patriarcado e, principalmente, do patriarcado no capitalismo e sobre como esse sistema violentou de forma mais intensa e agressiva a vida pública das mulheres colonizadas pelos países europeus e pelo pensamento europeizado.

Obviamente, a humanidade se transforma ao longo do tempo; no entanto, quando falamos de sociedades colonizadas pelo sistema europeu, as marcas deixadas são inegáveis, e a forma como o pensamento opressor, como um todo, ainda mantém as mulheres como pessoas menos capazes, inferiores, indignas de estarem em espaços de visibilidade em equidade ou igualdade com homens, é, sem dúvida, uma herança perversa do período transicional do feudalismo para o capitalismo. Esse episódio que durou séculos – e culminou no sistema que vivenciamos globalmente –, trouxe a individualização das pessoas, um problema especialmente àquelas oriundas das camadas populares, cuja vida comunal ditava o cotidiano. A construção das pessoas da população e, principalmente, das mulheres, como indivíduos se intensificava conforme o capitalismo se instaurava; a perda paulatina da vida comunitária retirou as mulheres do acesso à terra (uma vez que esse acesso era conjunto), à autonomia e à liberdade de usufruir de determinadas especializações e posições sociais. As crises sociais que assolavam a Europa feudal⁹ e que trouxeram o capitalismo ao mundo fizeram com que a mulher, portanto, passasse a ser considerada uma pessoa de segunda classe (Federici, 2017; 2019).

As estruturas patriarcais e a desvalorização do trabalho reprodutivo e dos saberes femininos, evidentes na “caça às bruxas” descrita por Federici, ressoaram nas bases colonizadoras do sul do Brasil. Assim, as mulheres campeiras e pescadoras do Pampa litorâneo meridional frequentemente vivenciam a invisibilização de seu trabalho e de seus conhecimentos práticos e tradicionais, que são essenciais para a manu-

9 Uma série de problemas como doenças, falta de população para trabalhar, problemas nos plantios e colheitas, transformou a Europa social e culturalmente, e colocou a mulher como um dos pontos centrais de sustentação do sistema capitalista, pois, tal sistema somente se mantém diante a exploração alheia e o trabalho não reconhecido da mulher (trabalho reprodutivo) é um dos pilares do sistema. Para isso, era preciso subalternizá-la, colocá-la sob o manto do julgamento público e sob a regulação de seus corpos e comportamentos (Federici, 2017). Não é nossa intenção discorrer de forma aprofundada sobre esse tema neste artigo, porém consideramos fundamental trazer esse apanhado inicial para situar alguns pontos de partida de nossos pensamentos com as mulheres dos campos e das águas, já que existe um sistema que ainda diz qual o lugar da mulher, seja em casa, na vida privada, no trabalho, na vida pública.

tenção das comunidades e do próprio bioma. Seus corpos e territórios, tal como os das mulheres na Europa feudal, tornam-se objetos de controle e exploração dentro de uma lógica que prioriza o capital e a figura masculina, desconsiderando suas contribuições vitais para a subsistência e a cultura local.

Conforme já salientamos, é exatamente este um dos pontos com os quais nos deparamos quando tratamos de pesquisas com as mulheres das águas e dos campos, a falta de reconhecimento e de valorização dos seus conhecimentos e saberes e dos seus direitos como produtoras e trabalhadoras em um modo de vida, uma marca da história do patriarcado que perdura.

Partindo, pois, dessa consideração, entendemos que, para conseguirmos um movimento de nos deslocarmos desse lugar de divisões, hierarquias e mesmo relações de poder sobre o qual já temos comentado – incluindo o lugar da mulher na sociedade contemporânea – devemos pensar em processos de conhecimento construídos conjuntamente, já que nunca iniciamos sozinhas em um percurso de pesquisa. Para iniciá-la, é evidente que tomamos alguns referenciais imprescindíveis que nos orientam e nos auxiliam a assumir uma concepção metodológica e epistemológica frente às investigações que aparecem e se constroem em campo. Com isso, queremos dizer que toda pesquisa está atrelada a uma escolha cuja motivação diz respeito às nossas experiências e vivências, pois consideramos que nenhum estudo, nenhum texto, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra. Quando pesquisamos estamos falando a partir de um lugar que experienciamos e que vivenciamos, sendo, neste caso, o lugar *das e com as* mulheres das águas e dos campos.

Com base nisso, gostaríamos de destacar neste artigo, não dados de campo, mas reflexões sobre os caminhos que conduzem as pesquisas, evidenciando que o pensamento generificado e o conhecimento corporificado e situado nos levam a assumir que os desafios desse tipo de pesquisa são, fundamentalmente, desafios epistemológicos. Atender a esses desafios é uma incumbência muito mais complexa do que realizar um recorte temático; é preciso olhar, ouvir, sentir e, também, de certa maneira, afetar-se, no empenho de depreender essas mulheres e seus mundos, atendendo às especificidades de cada comunidade, de cada cultura, impelindo o deslocamento das nossas “bolhas”, do lócus das nossas experiências pessoais e tentando aprender com elas, na prática, a navegar ou camperear¹⁰ nos universos da pesquisa. Fazer ciência significa assumir a responsabilidade e perceber a potência de poder ver, de olhar “para dentro”, de sentir e enxergar capacidades de construir conhecimento crítico a partir de escolhas e movimentos que não são despretensiosos e livres de intenção, especialmente no que diz respeito aos temas de pesquisa.

¹⁰ Camperear – é o ato de desenvolver atividades atinentes ao meio rural, especialmente nos trabalhos com a pecuária; é uma palavra comumente utilizada nas comunidades rurais do Rio Grande do Sul.



Convergência entre a antropologia e a epistemologia ecológica e feminista

Assim, adotamos nas nossas investigações duas perspectivas para a compreensão de uma Educação Ambiental contemporânea: a epistemologia ecológica (Bateson, 2000; Ingold, 2010; Steil; Carvalho, 2014) e a epistemologia feminista (Ballestrin, 2017; Collins, 1986; Louro, 2007; Lugones, 2014; Segato, 2012), as quais reclamam a materialidade e autonomia do mundo e das mulheres e dessa forma, acabam por repensar o estatuto da realidade, posto que se contrapõem à perspectiva representacional, libertando o conhecimento da mente humana e centrando na ação (*agency*).

Os postulados do giro epistemológico ecológico e do feminista concentram-se nos novos domínios de conhecimento para análise, tais como a vida, os sentimentos, os desejos, os corpos, as coisas, os seres, os fluxos, influxos e movimentos, centrados, aqui nas nossas pesquisas, em como as mulheres *fazem* as coisas – ou seja, na ação, no percurso da vida. Essa percepção é possível de ser atingida quando seguirmos com as mulheres nas linhas do viver, atravessando e nos deixando atravessar, percebendo e acompanhando os processos de aprendizagens constantes e dinâmicos nos emaranhados da vida social, cultural e política.

De acordo com Steil e Carvalho (2014):

As epistemologias ecológicas contrapõem-se à perspectiva representacional. Partem de uma premissa compartilhada de que os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do processo do conhecimento não constituem um mundo à parte em relação à matéria e às coisas. Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional. Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência. Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário estar imerso na matéria e no mundo através do engajamento contínuo no ambiente (p. 164).

A observação, nesse sentido, deixa de ser contrária à participação e se torna determinante para o conhecimento, pois o mundo que nos é dado a observar é um



mundo em movimento (Ingold, 2015). Em vista disso, a demanda da simetria emerge como central na produção do conhecimento, não mais se pesquisa *sobre*, mas *com* a outra pessoa/comunidade.

Do mesmo modo, continuando no caminho de explorar novos domínios do conhecimento, para compreender a pesca artesanal embarcada praticada por mulheres em contextos lagunares no sul do Brasil – objetivo de uma das pesquisas a que este artigo se refere, bem como as lidas campeiras – foco da outra pesquisa, a partir da vivência das mulheres dessas comunidades rurais e litorâneas por meio da perspectiva feminista significa que devemos, necessariamente, abordar gênero.

No entanto, não se trata apenas da inserção de gênero como mais um tema ou apenas como um aspecto da dominação da colonialidade. Nesse contexto, gênero é entendido como categoria central de análise, na qual assume um “estatuto teórico e epistêmico que possibilite lançar luz aos aspectos da transformação imposta às vidas que foram capturadas pela nova ordem colonial/moderna” (Segato, 2012, p. 116).

Devido a nossas motivações pessoais, como mulheres e pesquisadoras feministas, procuramos elaborar reflexões constantes sobre os desafios de ser mulher no mundo, nesse mundo em crise marcado pelo processo agressivo e predatório do patriarcado, da modernidade, do capitalismo e da hegemonia do poder e, assim, fica evidente que a pesquisa feminista e de perspectiva ecológica é assumidamente uma pesquisa interessada e comprometida, ela fala a partir de um dado lugar e de um dado interesse no destino (Collins, 1986; Louro, 2007; Ribeiro, 2019).

Jocyane Baretta (2020) nos diz que os feminismos são instrumentos de percepção, são as lentes e amplificadores que medem concepções, neste caso, as nossas concepções e as das mulheres com as quais atuamos durante os processos de nossas pesquisas. Em vista disto, adotar uma perspectiva feminista e ecológica, implica na busca pela produção de conhecimento localizado, situado, e no ato de assumir uma atitude política de posicionamento responsável, ou seja, “não significa uma relação de identificação total com sujeitas e sujeitos de pesquisa, mas uma relação de objetividade situada, relativa, de conexão parcial e de posicionamento crítico” (Baretta, 2020, p. 40). Destarte, como nos apresenta Donna Haraway (1995, p. 26), o “eu cognoscente é parcial em todas as suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se ao outro, de ver junto sem pretender ser o outro”.

Perspectivas dos estudos com mulheres na educação ambiental

Por meio da perspectiva filosófica cunhada como Ecosofia, Félix Guattari (1990) nos indica para a necessidade urgente, frente à crise socioambiental que en-



frentamos, de articularmos ética e política entre ao que ele chama das três ecologias: meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. De acordo com o autor, é no contexto de ruptura, de descentramento, de multiplicação dos antagonismos e de processos de singularização que surgem as novas problemáticas ambientais. Sendo assim, é necessário que a referência ecosófica aponte linhas de recomposição da práxis humana nos mais variados domínios. Devemos aprender novamente o mundo, estar no mundo, pensar transversalmente com novas práticas micropolíticas e microssociais.

Nesse sentido, quando aborda a formação de educadores e educadoras ambientais, Guimarães (2004) aponta para a existência de diferentes propostas para a prática da Educação Ambiental desde de distintas noções de mundo que as sustentam e, logicamente, resultam em reflexões e análises diversas. Entendemos que, por meio dos fundamentos que guiam o campo epistêmico da EA, romper com a postura antropocêntrica de dominação da natureza tomada de uma racionalidade econômica autoritária e patriarcal seja uma premissa básica, uma vez que a figura central dessa dominação se traduz no homem branco dominante, o qual estabeleceu, através do patriarcado (e, ainda, do colonialismo/capitalismo), uma relação de controle com a natureza e com as mulheres.

Consideramos, também, que a antropologia se configura como uma área de investigação constante e disciplinada das condições e potenciais da vida humana (Ingold, 2015), ou seja, é o estudo do fenômeno humano – não simplesmente em si mesmo, mas como elemento de um todo que o atravessa (Wagner, 2010). Portanto, a disciplina acaba por se tornar uma ciência compreensiva e crítica no sentido em que lida com a questão da diversidade das formas de aprendizagens na vida social e, no nosso entendimento e experiência, permite-se estar em permanente diálogo com outras disciplinas, compondo junto com outras disciplinas (interdisciplinaridade), e não apenas somando-se a outras disciplinas na construção de conhecimentos.

Assim, a perspectiva antropológica, a partir de seu fazer transformador que traz o reconhecimento de uma diversidade de entendimentos, concepções, usos e atribuições em torno da ideia de natureza pelos agentes sociais, acaba se opondo a algumas formas dominantes de conceber a EA, nas quais a natureza é abordada somente como recurso e as práticas educativo-pedagógicas são destinadas ao cumprimento de concepções técnicas e científicas, para o que se entende como sendo o uso racional dos recursos naturais.

O propósito aqui, é a busca pela simetria e pela horizontalidade do conhecimento da vida, é buscar opções diversas das que regem o mundo moderno, apreender outras formas de percepção do ser e estar no mundo, formas que se prontifi-



quem a consolidar propostas alternativas aos desafios criados ao longo do processo de expansão da civilização ocidental moderna, e entre esses, evidentemente, estão os de ordem ambiental (Waldman, 2012).

Para Leff (2001), por isso é fundamental que o saber ambiental se abra para o terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais. Sinteticamente falando, de acordo com o autor, o saber ambiental é concebido como um processo em construção, nunca é fixo, é sempre complexo por envolver aspectos institucionais tanto de nível acadêmico, contrariando os paradigmas entendidos como as vias normais de construção do conhecimento, quanto de nível sociopolítico, por meio de movimentos sociais e de práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

À vista disso, tencionamos, com nossas reflexões, pensar a Educação Ambiental no movimento para ampliar a participação política das/dos cidadãs/ãos do mundo no lugar de ser utilizada como transmissão de conhecimento ambiental, ela se (Reigota, 1994; 2010), em uma dinâmica subversiva que propõe mudanças radicais em pensamento e formas de agir, na interpretação e vivência com o mundo natural e material, uma vez que natureza e cultura são duas dimensões intrinsecamente conectadas e interdependentes – não estão separadas como pretende o pensamento moderno – tornando os campos epistêmicos fortalecidos (Sato; Carvalho, 2005).

Seguindo esse entendimento, a ideia é substituir desenvolvimento por envolvimento humano, atentando para as necessidades sociais, ecológicas e espirituais, compreendendo a ética, a paixão e a solidariedade presente no campo investigado. Segundo Freire (1997), Isabel Carvalho e Michèle Sato (2005), é preciso renovar as esperanças através da compreensão do sentido da integridade da educação inserida na subjetividade, aqui em nossas pesquisas com as pescadoras e campeiras, dos seus sentimentos e das percepções mais profundas e da cultura das comunidades a que estão inseridas.

Então, a questão ética, o fato de estarmos compromissadas com a busca pela justiça social, ainda que vinculada a políticas ambientais mais concretas e de uma legislação na área ambiental rígida, silenciadora, excludente, é fundamental. O que se impõe é uma atenção de nossa parte e comprometimento com a diversidade cultural e social que está presente em cada espaço ou território, lado a lado com a diversidade biológica, pois cada coletivo e cada indivíduo é perpassado subjetiva e objetivamente por aspectos de seu meio social e cultural – em relação ao meio natural, através de suas crenças, valores e comportamentos (Steil; Carvalho, 2014; Waldman, 2012).

Neste viés, a partir dos fundamentos que orientam a Educação Ambiental, privilegiamos e fazemos guiar nessas pesquisas com as mulheres das águas e dos

campos justamente o sentido da EA que identifica e reconhece a estreita ligação entre natureza e cultura, que traz as cosmologias compartilhadas pelos grupos engajados nos ambientes em que vivem, ou, em outros termos, que privilegia a valorização da dimensão cultural e social de sua relação com o meio ambiente, para que assim, possamos compreender de forma eficaz as diversas práticas e sentidos das ações, e a partir daí, contribuir juntamente com os sujeitos para o entendimento e enfrentamento da crise socioambiental.

Isso posto, defendemos e reforçamos a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, premissa da Educação Ambiental a que nos filiamos, pois a amplitude do tema não permite uma abordagem de apenas uma disciplina isolada (Sauvé, 2005). Seguindo essa linha, entendemos que há um alargamento da noção de educação indo além, por exemplo, do espaço escolar, sobretudo, se pensarmos a relação entre educação e cultura enquanto formas fundantes que envolvem o ensinar e o aprender nas sociedades humanas (Rocha; Tosta, 2009). Assim, podemos entender a própria Antropologia como uma forma de educação, uma vez que se refere a formas de produzir sentidos de acordo com as experiências de mundo e a vida em sociedade, ou seja, lida com a questão da diversidade de formas de aprendizagens na vida social. (Adomilli; Tempass; Lopes, 2017).

Para compreender o universo das mulheres na pesca e no campo por meio das experiências *da e na* vida, é preciso entender como ocorrem as dinâmicas que envolvem a construção, ou melhor, a educação, dos sujeitos nesse meio, através da interação com os aspectos naturais, em outras palavras, o meio que as atravessa e com os aspectos sociais e culturais, históricos e contemporâneos, que podem ser evidenciados pelo seu cotidiano e pela transmissão/recepção/modificação dos conhecimentos (Brandão, 1989; Ingold, 2010; Reigota, 1994).

É necessário destacar que, de acordo com Lucie Sauvé (2005), através da corrente feminista, a experiência de mulheres ao longo da história nos mostra especificidades na maneira de ser e estar no mundo, fator fundamental para entender como se constituem/educam como sujeitos a partir das relações interpessoais e com o meio que seus corpos habitam. Conforme Clover *et al* (2000, p. 16-18) apud Sauvé (2005):

Frequentemente as mulheres são as primeiras a intervir em educação ambiental. Em seus lares e comunidades, desenvolvem uma compreensão particular dos processos naturais do meio. Há séculos, as mulheres estiveram envolvidas no ensino da medicina tradicional e nos cuidados de saúde, em colher as sementes e em manter a biodiversidade, em cultivar e preparar os alimentos, em trabalhar a mata e em administrar



a provisão de água. Estas habilidades são cada vez mais essenciais frente à degradação do meio ambiente (...). As mulheres desenvolveram no cotidiano estratégias de sobrevivência em que se deve inspirar a sobrevivência do planeta. Suas ideias e suas ações traduzem outra compreensão das problemáticas atuais (...), ao nível de um saber superior (...) (p. 34).

Sílvia Martinez e Luceni Hellenbrant (2019) corroboram com essa perspectiva quando nos dizem que é fundamental olhar para as mulheres e perceber as suas realidades, uma vez que são normalmente as pessoas que vivem as consequências mais diretas dos problemas ambientais, somadas ao fato de sobreviverem com baixa renda, dupla jornada (trabalho e casa) e ainda, enfrentando desigualdades no próprio ofício que desempenham.

É preciso lembrar que a invisibilização à qual as mulheres estão submetidas é fruto de um pensamento exploratório marcado pela modernidade, que não permite a equidade de gênero. E, ainda, não podemos esquecer que os estudos abordando essas especificidades passaram a configurar no meio acadêmico apenas pós 2ª onda do feminismo. No Brasil, isso ocorre efetivamente a partir da década de 1980. De lá até o momento atual, apesar da amplitude das perspectivas teóricas feministas e dos estudos de gênero, as mulheres ainda continuam a ser invisibilizadas, tamanha força da estrutura patriarcal (Costa; Barroso; Sarti, 2019; Duarte, 2019).

Buscando a visibilização das histórias das mulheres e seus modos de vida, é fundamental trazer à tona essas vivências do cotidiano, dos processos de aprendizagens contínuos e da transmissão dos saberes por meio de processos educativos que as perpassam, subtraindo a dicotomização de categorias, uma vez que, de acordo com Marisol de La Cadena (2018), mulher também é território. Assim, as reflexões que trazemos aqui, conforme apontamos no início do texto, não objetivam apresentar dados de campo, mas ressaltar alguns pontos de nossos percursos de pesquisa que se entrelaçam teórico-metodologicamente para somar-nos àquelas que buscam trabalhar com a simetria entre conceitos osêmicos e éticos, os significados e abstrações que resultam do processo do conhecimento e o mundo material das coisas – incluindo, aí, o meio ambiente (Steil; Carvalho, 2014).

Para finalizar, trazemos Escobar (2015) que em sua análise sobre as lutas étnico-territoriais na América Latina, nos ensina que os conhecimentos das comunidades e aqui incluímos o conhecimento das mulheres, incorporam uma proposta avançada contra a crise social e ecológica dos territórios.

Considerações finais

As considerações finais deste artigo retomam e sintetizam as principais reflexões surgidas a partir da construção das pesquisas, que buscaram apontar os desafios epistemológicos inerentes ao desenvolvimento de estudos sob as perspectivas ecológica e feminista. A ideia central é enfatizar que, ao adotar esses giros epistemológicos, não estudamos ou pesquisamos sobre a outra/outro, mas sim com a outra/outro. Há um pensamento generificado e um conhecimento corporificado e situado que, sempre na relação com o todo, precisa ser revelado e assumido para compreendermos quem fala, de onde fala e porque fala, e assim, entendermos os processos históricos, sociais e políticos que nos levam a fazer as coisas de tal modo, ou seja, como fazemos as coisas.

Entendemos ser este um caminho eficaz para apreendermos os engajamentos desses corpos femininos na relação com os ambientes em que vivem a partir do conhecimento de suas gêneses, corporeidades, processos de aprendizagens, práticas e pedagogias e assim, sobretudo, compreender a maneira como vivem, fazem e se mantêm em suas atividades dando continuidade a esses modos de vida num mundo regido pela ordem do patriarcado e do capital, e assim, contribuir na marcha contra a invisibilidade das pescadoras e campeiras.

A etnografia na antropologia, aliada à corrente etnográfica da educação ambiental, é a maneira que encontramos para acessar e pensar esses dois universos (pesca e campo) a partir do olhar e do fazer das mulheres pescadoras e campeiras no processo de revelação dos modos de aprender e se relacionar com o ambiente a partir das experiências de corpos femininos, configurando um contexto de interlocução com diferentes saberes e práticas compartilhadas por grupos que vivem e habitam o espaço das lagoas e campos no Pampa meridional sul-riograndense. Através da escuta etnográfica, buscamos desvelar as pedagogias das pescadoras e das campeiras pois, conforme nos indica Freire (1997), o encontro dialógico vai nos trazendo pistas para compreender por dentro da cultura, e por elas, esses modos de vida, os saberes e aprendizagens que resultam da relação profunda com seus territórios sociais e seus ambientes de pertencimento, isto é, com a vida.

Ao experienciar, por conseguinte, a cultura dessas mulheres desde o encontro de nossas epistemes, nos deparamos com a complexa rede na qual estão envolvidas, rede malhada que elas tecem e ao mesmo tempo pelas quais são tecidas; se seguirmos os fios, encontraremos as costuras através das habilidades e criatividade desenvolvidas no processo da vida e que as faz resistir às adversidades de um mundo cujo pensamento e ação estão em crise centrada no patriarcado, no capital, na perspectiva dicotômica e categorial – elementos de exploração, dominação e destruição.



O enfrentamento aos conflitos socioambientais forja essas mulheres e as constroem.

Portanto, perceber a especificidade do trabalho das mulheres, seus conhecimentos, processos contínuos de aprendizagens e ações no fluxo da vida, resulta na ampliação e complexificação das noções de ambiente, educação e conflitos socioambientais, denunciando, ao mesmo tempo, o silenciamento que impossibilita políticas públicas eficazes e efetivas.

Nesse movimento de contribuir com os estudos sobre Mulher e Educação Ambiental no Brasil, elas são percebidas e ao mesmo tempo percebem e tomam consciência de que são ao mesmo tempo produto e produtoras de cultura, e assim são despertadas potencialidades que mobilizam suas capacidades políticas de participar, discutir, decidir e mudar. Como resultado, elas não mudam apenas o mundo, mas mudam também suas posições diante do mundo.

Recebido 28/09/2024

Aprovado 17/03/2026

Referências

- Adomilli, G., Tempass, M. e Lopes, R. (2017). Notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa etnográfica na área de educação ambiental. *Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*. 34(3), 226-244.
- Alencar, E. F. (1993). Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: Furtado, L. G., Leitão, W. e Fiúza de Melo, A. (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. (pp. 63-81). Belém: MPEG.
- Ballestrin, L. M. A. (2017). Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*. 25(3), 1035-1054.
- Bateson, G. (2000). *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- Baretta, J. R. (2020). *Uma arqueologia do inferno: Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. Tese (Doutorado em Antropologia – área da Concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Beck, A. (1991). Pertence à Mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do Litoral de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*. 7(10), 8-24.
- Brandão, C. R. (1989). *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense.



- Cardoso De Oliveira, R. (2006). *O trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- Collins, P. H. (1986). Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought. *Social Problems*, 33(6), 14-32.
- Costa, A. O., Barroso, C. e Sarti, C. (2019). Pesquisa sobre mulheres no Brasil: do limbo ao gueto? In: Buarque De Holanda, H. (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. (pp. 109-134). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- De La Cadena, M. (2018) Natureza incomum: histórias do antropo-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69, 95-117.
- Duarte, C. L. (2019). Feminismo uma história a ser contada. In: Buarque De Holanda, H. (Org.) *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. (pp. 25-47). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Escobar, A. (2015). Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. *Cuadernos de Antropología Social*, 41, 25-38.
- Fazenda, I. C. A. (2013). O que é interdisciplinaridade? (2ª ed., pp.17-29). São Paulo: Cortez.
- Fazenda, I. C. A. (2015). O desafio de formar pesquisadores interdisciplinares. Anais do XII Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica. Curitiba – PR. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20537_10749.pdf
- Federici, S. (2017). *O Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Federici, S. (2019). *Mulheres e caça às Bruxas*. São Paulo: Boitempo.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. (Trad: M. C. F. Bittencourt). Campinas: Papirus.
- Guimarães, M. (2004). *A formação de educadores ambientais*. Campinas/SP: Papirus.
- Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Iared, V. G., Hofstatter, L. J. V., Di Tullio, A. e Oliveira, H. T. (2021). Educação Ambiental Pós-Crítica como Possibilidade para Práticas Educativas Mais Sensíveis. *Educação & Realidade*. 46(3), 1-23. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236104609>
- Ingold, T. (2010). Educação da atenção. *Educação*, 33(1), 6-25.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25-44.

- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. São Paulo: Vozes.
- Lave, J. (2015). Aprendizado como / na prática. *Horizontes Antropológicos*. 21(44), 37-47.
- Leff, E. (2001). *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix.
- Louro, G. L. (2007). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Malinowski, B. (1984). *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- Martinez, S. e Hellebrandt, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF.
- Martins, L. B. (2022). *Lagoas de mulheres: pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000015249.pdf>
- Nascimento, S. S. (2019). O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*. 62(2), 459-484.
- Peirano, M. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Reigota, M. (1994). *O que é educação ambiental*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Reigota, M. (2010). A Educação Ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. *Educação e Pesquisa*, 36(2), 539-553.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen.
- Rieth, F., et al. (2013). *Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC - Lidas Campeiras da Região de Bagé*. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, v. 1, v. 2, v. 3.
- Rieth, F., Rodrigues, M. B. e Silva, L. B. M. (2015). As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na invenção da cultura campeira. In: Nummer, F. V. e França, M. C. C. C (Org.).

- Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas*. (pp. 175-195). Belém: GAPTA/UFPA.
- Rocha, G. e Tosta, S. P. (2009) *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, Coleção Temas & Educação (10).
- Sauvé, L. (2005). Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: Sato, M. e Carvalho, I. C. M. (Orgs.). *Educação Ambiental: pesquisas e desafios*. (pp. 17-45). Porto Alegre: Artmed.
- Sato, M. e Carvalho, I. C. M. (Orgs.). (2005). *Educação Ambiental: pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed.
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES [Online]*, 18. <https://journals.openedition.org/eces/1533>
- Steil, C. A. e Carvalho, I. (2014). Epistemologias ecológicas: Delimitando um conceito. *Mana*, 20(1), 163-183.
- Silva, H. R. S. (2009). A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*. 15(32), 171-188.
- Silva, L. B. M. (2014). *Entre lidas: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro nas cidades de Bagé e Pelotas/RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/ri/2674/Liza%20Bilhalva%20Martins%20da%20Silva_Dissertacao.pdf?sequence=5&isAllowed=y
- Silva, L. B. M. e Rodrigues, M. B. (2017). Artefatos como suportes de memória na construção da masculinidade no pampa sul-riograndense. *Tessituras*, 1, (2), 113-141.
- Suertegaray, D. M. A. e Silva, L. A. P. (2009). Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: Pillar, V. P., et al. (Ed.s). *Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade*. (pp.42-59) Brasília: MMA. <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>
- Waldman, M. (2012). *Meio ambiente e antropologia*. São Paulo: Editora SENAC.
- Wagner, R. (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.
- Woortmann, E. F. (1992). Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 41-60.